



TERMO DE REFERÊNCIA PARA PROJETO DE COMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE SUPRESSÃO VEGETAL SIGNIFICATIVA NÃO MITIGÁVEL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O presente Termo de Referência visa orientar e fornecer subsídios para a elaboração e conseqüente implantação do **Projeto de Comunicação Socioambiental** a ser apresentado ao Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL como condicionante dos processos de licenciamento ambiental de supressão vegetal para uso alternativo do solo em atividade agropecuária causadora de significativo impacto negativo não mitigável, conforme legislação ambiental vigente.

1. DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PCS

- A Lei Nº 9.795/1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental;
- O Decreto nº 4.281/2002 que regulamenta a Lei Nº 9.795/99;
- O Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA;
- Pareceres e demais documentos do Órgão Ambiental;
- Relatórios técnicos de Órgãos Ambientais e Instituições de Ensino e Pesquisa;
- Informações contidas no Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA;
- Diagnóstico local contendo os problemas, conflitos, potencialidades e prioridades ambientais identificados nos grupos sociais direta e indiretamente afetados pelo empreendimento e também entidades e projetos locais com objetivo socioambiental.

2. ROTEIRO DO PROJETO DE COMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

As ações de comunicação socioambiental terão como objetivos:

Objetivo Geral:

- Informar a comunidade direta e indiretamente impactada sobre a atividade licenciada, impactos gerados e formas de proteção da biodiversidade ambiental no entorno.

Objetivos Específicos:

- Divulgar os dados do empreendimento (tamanho e local da área a ser suprimida) e as exigências do licenciamento ambiental;
- Divulgar os resultados dos programas exigidos pelo órgão ambiental para o licenciamento da atividade;
- Informar quanto aos impactos da supressão para as áreas de entorno;



- Sensibilizar quanto à importância da proteção da biodiversidade, em especial no entorno das áreas suprimidas;
- Informar estratégias de gestão voltadas para os impactos nos recursos naturais, na biodiversidade e a legislação vigente quanto aos crimes ambientais, unidades de conservação, recursos hídricos, resíduos sólidos, entre outros.

Para atingir os objetivos é necessário um levantamento da área de influência do empreendimento para identificação do público alvo (ver item 2.2) e planejamento de ações específicas. O PCS deverá interagir com todos os demais programas divulgando-os às comunidades. O Projeto de Comunicação Socioambiental deverá conter:

2.1 Introdução: contendo a descrição da área de abrangência do ponto de vista socioambiental, incluindo os resultados do levantamento realizado.

2.2 Público alvo: o público-alvo do projeto deverá contemplar os empregados habituais da fazenda e os contratados para a supressão, a população residente nas fazendas de entorno da propriedade e as comunidades localizadas nas áreas de influência direta e indireta identificadas nos estudos ambientais.

2.3 Metas: são as ações necessárias para alcançar os objetivos, descrevendo detalhadamente o que será feito e em qual prazo de tempo.

2.4 Metodologia: demonstrar a forma de execução das metas, detalhando as atividades e os recursos materiais e humanos necessários. A metodologia deverá garantir que os objetivos sejam atingidos dentro do público-alvo previsto. Estratégias de execução:

- Uso dos meios de comunicação disponíveis na região (rádio, jornal, internet, televisão): deverão ser definidas as atividades e o âmbito da divulgação (local, regional ou estadual), levando em consideração as formas tradicionais de comunicação do público alvo do programa;
- Realização de reuniões de orientação para empregados e para a população das fazendas de entorno;
- Produção de material: deverá ser produzida, minimamente, uma cartilha informativa, definindo tiragem e estratégias de distribuição. A linguagem a ser utilizada deverá ser adequada ao público alvo, considerando o nível de escolaridade médio, a cultura e os hábitos locais.

Caso seja prevista a confecção de outros materiais, é necessária uma reflexão prévia sobre consumo consciente e a destinação final desses produtos. Alguns materiais, como folders, folhetos e cartazes, possuem utilidade limitada e muitas vezes são sumariamente descartados, gerando mais resíduos ao município. Assim, deverá ser sempre priorizada a confecção de materiais mais atraentes e úteis que serão realmente guardados e utilizados por



um longo período, como apostilas, cartilhas, calendários, agendas e até mesmo objetos como sacolas, garrafinhas, canecas, entre outros.

Dentro das estratégias deverá ser prevista uma forma de comunicação direta com o empreendedor, como por exemplo, um número de telefone, para que a comunidade possa relatar problemas ligados à atividade licenciada.

2.5 Cronograma de execução

2.6 Equipe técnica responsável

3. DURAÇÃO DO PCS

O Projeto de Comunicação Socioambiental terá a mesma duração dos demais programas ambientais solicitados por ser responsável pela divulgação dos resultados e informação das comunidades afetadas.

4. AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO PELO IMASUL

O PCS será avaliado e monitorado pelo órgão ambiental competente através de relatórios anuais contendo as atividades realizadas e documentos de verificação, como por exemplo: fotos, lista de presença, exemplar do material elaborado, entre outros. Os relatórios do PCS deverão ser protocolados no Imasul em formato digital.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- O PCS detalhado deverá ser apresentado ao órgão ambiental para obtenção da respectiva licença.
- Este Termo de Referência poderá sofrer ajustes pelo órgão ambiental, se necessário, visando ao seu aperfeiçoamento.